





**36ª QUESTÃO:**

Explicar o que se entende, por elemento subjetivo de justificação e indicar como ele se dá no estado de necessidade.

**37ª QUESTÃO:**

Explicar o que são tipos congruentes e incongruentes, segundo a estrutura finalista.

**38ª QUESTÃO:**

Demonstrar, inclusive mediante exemplos, como ocorre a tentativa do crime de moeda falsa.

**39ª QUESTÃO:**

X, empresário italiano bem sucedido, comparece a uma reunião social em casa de Y, onde lhe é servida bebida alcoólica (algumas doses de uísque). Em seguida, X, voluntariamente, ingere certa quantidade de um energizante contendo anfetamina, de uso e comercialização proibidos no Brasil. Em consequência, X, perde o controle e passa a agredir todos os presentes, causando-lhes lesão corporal. Submetido a exame, constata-se que X, embora não seja dependente de drogas, não possuía ao tempo da ação plena capacidade de auto-determinação, em virtude do efeito da anfetamina e do álcool. Pergunta-se: Pode o Juiz considerar X como inimputável? Fundamente a resposta.

**40ª QUESTÃO:**

O comerciante F, que está em débito para a previdência social e deseja preencher exigências para uma transação imobiliária, solicita ao despachante H que lhe obtenha de qualquer modo um certificado de inexistência de débito, o qual só é fornecido pelo IAPAS, após consultas aos seus arquivos. H, contando com a colaboração de um gráfico, G, confecciona o referido certificado, obedecendo rigorosamente aos padrões de outro original. Submetidos a julgamento, o juiz está em dúvida quanto à tipificação do fato, ao observar os arts. 297, 298, 299 e 301 e seu parágrafo primeiro, do Código Penal. Pergunta-se: Qual efetivamente o crime cometido? Justificar.

**41ª QUESTÃO:**

Qual a natureza jurídica do prazo previsto no artigo 178, parágrafo 9º, nº V do Código-Civil Brasileiro?

**42ª QUESTÃO:**

É correto afirmar que, no direito comercial e quanto à mora, a mesma verifica-se automaticamente, com o simples advento do termo fixado para o cumprimento da obrigação?

**43ª QUESTÃO:**

Um alemão ajuíza no Brasil contra um francês, aqui domiciliado, ação de cobrança de dívida, constituída na Alemanha e a ser executada na França. Considerando que a lei alemã entende aplicável a lei do local da execução, e que a lei francesa entende aplicável a lei da constituição da obrigação, que lei será, afinal, aplicável pelo Juiz brasileiro? Explique, fundamentando.

**44ª QUESTÃO:**

Através de instrumento particular de contrato de mútuo, celebrada no Rio de Janeiro, FLÁVIO SILVA e JOÃO MENDONÇA ambos domiciliados no Brasil, convencionam o empréstimo, pelo primeiro em favor do segundo, de US\$100.000,00. O mutuário assume a obrigação de devolver a quantia no Rio de Janeiro, em moeda Norte-Americana, em noventa dias, acrescida de juros de 6%. Na cláusula 7, as partes elegem o foro de Nova York para dirimir os litígios decorrentes do contrato. Considerando que o decreto Lei 857 de 11.09.69, considera nulos de pleno direito os contratos, que, exequíveis no Brasil estipulem pagamento em ouro, ou moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal da moeda, responda fundamentadamente: a) este contrato é exequível no Brasil? Por que? b) e, se o contrato tivesse sido celebrado em Nova York as partes poderiam Invocar a regra locus regit actum para executá-lo no Brasil?

**45ª QUESTÃO:**

A proteção jurídica ao nome comercial depende de registro no INP? Justificar.

**46ª QUESTÃO:**

Quais os aspectos inovadores, no direito positivo brasileiro, trazidos pela Carta Magna de 1988, nos artigos 226 a 230, inclusive e seus respectivos parágrafos?

**47ª QUESTÃO:**

Poderá haver cessão de direitos hereditários, sem consulta aos demais herdeiros?

**48ª QUESTÃO:**

Os bens objeto de vacância da herança podem ser adquiridos por usucapião?

**49ª QUESTÃO:**

Em que regime de bens, ou hipótese, um cônjuge pode praticar ato jurídico que importe na transferência de bem imóvel, sem a assistência do outro?

**50ª QUESTÃO:**

Qual a importância dos princípios do ius solis e do ius sanguinis no Decreto-Lei 4.657/42?

## Questões da Segunda Prova Escrita

### 1ª QUESTÃO:

O servidor autárquico A, sujeito ao regime estatutário (Lei nº 1711152), pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente da Autarquia Federal X, foi demitido, após processo administrativo regular em que lhe foi assegurada ampla defesa, por ter se servido do cargo para obter vantagem ilícita em detrimento da dignidade da função. Processado por crime de corrupção passiva foi absolvido por insuficiência de provas, por sentença que transitou em julgado, em 12/03/1987, ou seja, após a transformação da Autarquia Federal X na Empresa Pública Federal Y, que sucedeu a primeira em todos os direitos e obrigações, mantendo o pessoal de sua antecessora em quadro suplementar e sujeito ao mesmo regime jurídico. Em 10/03/1992, o servidor A ingressou em juízo com uma ação de procedimento ordinário, contra a Empresa Pública Y e a União Federal, objetivando sua reintegração no cargo, alegando insubsistência do motivo de sua demissão. Pediu o Autor a condenação das Rés, para solidariamente, reintegrá-lo no cargo, com o pagamento dos vencimentos, direitos e vantagens, inclusive promoções que deixou de usufruir por merecimento e por antigüidade, com acréscimo de correção monetária, Juros de mora e honorários advocatícios na base de 20% sobre o montante das prestações vencidas e vincendas. Atribuiu à causa o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros). Citada, a empresa pública Y contestou a ação no 152 dia do prazo, tendo a União Federal oferecido sua resposta no sexagésimo (609) dia. Alegou a primeira ré, como preliminares, ilegitimidade passiva ad causam e prescrição quinquenal, sustentando, no mérito, a subsistência do motivo e, conseqüentemente, a improcedência da ação. A União Federal, em resposta, se limitou a argüir sua ilegitimidade passiva. Réplica do Autor, rebatendo as preliminares. Produziu-se a prova oral requerida pelo Autor, na audiência de instrução e julgamento, tendo as testemunhas se limitado a emitir conceitos genéricos sobre a idoneidade do Autor

PROLATAR SENTENÇA COM TODOS OS REQUISITOS DO ARTIGO 458 DO C.P.C.

### 2ª QUESTÃO:

X, piloto italiano de uma empresa aérea estrangeira, residente em Roma, vem ao Brasil pela primeira vez para aqui permanecer apenas 02 (dois) dias. Em Copacabana, defronte ao hotel onde estava hospedado, adquire quatro (04) gramas de maconha, para uso próprio, de uma pessoa que oferecia a droga a todos os que entravam e saíam daquele estabelecimento, sem que fosse molestado pela polícia. No outro dia, sem haver consumido a droga, X é preso pela Polícia Federal, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, quando se encontrava no interior da aeronave. A droga estava acondicionada em uma pequena caixa de remédio no bolso do seu paletó. Submetido a julgamento, X alega que na Itália, seu país de origem, a posse de pequena quantidade de maconha, para uso próprio, não é punível e ele, evidentemente, pelo pouco de tempo em que aqui esteve e não falando português, imaginava que a Legislação Brasileira lhe dispensava o mesmo tratamento. Como deve o Juiz do caso Interpretar a ssuposição de X? Fundamente a resposta.

### 3ª QUESTÃO:

Imunidade tributária e isenção: conceito, distinção, modalidades e efeitos jurídicos.

### 4ª QUESTÃO:

O INSS, após consulta ao seu Dpt. Jurídico, assina como locador, um contrato de locação comercial, com afirma ESPERANÇA-COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., como locatária, pelo prazo de cinco anos. No ato jurídico, representou a Autarquia, seu Diretor de Patrimônio e pela sociedade comercial seus três únicos sócios, AUGUSTO PEREIRA, brasileiro, divorciado, comerciante, PEDRO GONÇALVES, brasileiro, viúvo, comerciante, e JOSÉ COSTA, brasileiro, casado, comerciante, que também unitariamente assinam na qualidade de fiadores. A firma possui um Capital de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), distribuído em partes iguais entre os sócios, restando apenas AUGUSTO PEREIRA integralizar seus últimos Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) do Capital Social, totalmente integralizado pelos demais sócios. JOSÉ COSTA, no terceiro ano de vida locatícia, formaliza sua separação consensual, em cuja partilha. lhe coube as quotas da referida sociedade comercial, e A sua mulher o único bem imóvel do casal. No quarto ano de vigência do contrato, deixa a locatária de pagar o aluguel, obrigando o INSS a ingressar com ação que resulta no decreto de despejo, sendo apurada a dívida integral da sociedade locatária, em sentença homologatória. Comentar os seguintes aspectos e suas respectivas conseqüências jurídicas: A) A atuação do Dpto. Jurídico da Autarquia. B) O INSS se utiliza do título judicial e ingressa com um pedido de falência da firma locatária. C) O INSS executa os fiadores. Citados, AUGUSTO PEREIRA paga integralmente a dívida e postula regressivamente em Juízo, duas terças-partes do referido débito.